



Diretrizes para a realização do estudo de caso: do design às estratégias de pesquisa para obter validade e confiabilidade

Marco Antonio Conejero – Universidade Federal Fluminense – marcoac@id.uff.br
Eduardo Roque Mangini – Instituto Federal de São Paulo – eduardo.mangini@ifsp.edu.br
Ualison Rébula de Oliveira – Universidade Federal Fluminense – ualisonrebula@id.uff.br



Editorial

Diretrizes para a realização do estudo de caso: do design às estratégias de pesquisa para obter validade e confiabilidade

A partir de setembro de 2023, a equipe editorial da RASI decidiu lançar uma série de conteúdos dedicados a diferentes métodos de pesquisa. Essa decisão foi motivada pelos resultados de uma pesquisa com egressos de um programa de mestrado, que revelou os desafios na definição de métodos de pesquisa em dissertações. Os resultados dessa pesquisa podem ser encontrados no terceiro número do volume 9 (<http://dx.doi.org/10.20401/rasi.9.3.860>). Como parte dessa iniciativa, em continuidade aos números anteriores, o presente editorial se aprofunda nas diretrizes para a realização de estudos de caso.

Resgatando os conteúdos dos editoriais anteriores, o primeiro editorial de 2024 (volume 10, número 1) explorou a pesquisa-ação, oferecendo diretrizes para sua condução e abordagens que influenciam sua credibilidade (<http://dx.doi.org/10.20401/rasi.10.1.898>). Já o segundo editorial do ano abordou a utilização conjunta das técnicas PLS-SEM e fsQCA, destacando a relevância da combinação dessas abordagens e suas contribuições práticas e teóricas (<http://dx.doi.org/10.20401/rasi.10.2.931>). Nesse editorial, o objetivo principal, além de abordar os artigos que fazem parte desse número, é ajudar o leitor a aplicar o estudo de caso de forma adequada, abordando desde o seu design até as estratégias para garantir sua validade e confiabilidade.

No que tange aos artigos publicados, este número da revista apresenta seis contribuições que exploram temas como empreendedorismo, inovação e desafios tecnológicos, os quais são detalhados ao final deste editorial. Cada um desses trabalhos não só contribui para o avanço teórico nas suas respectivas áreas, mas também oferece insights práticos que podem ser aplicados em contextos diversos, desde o ambiente acadêmico até o setor empresarial. Em um cenário de constantes mudanças, os artigos em questão demonstram uma capacidade de diálogo entre teoria e prática, destacando caminhos para futuras pesquisas e aplicações. Essa combinação entre fundamentação teórica e aplicabilidade prática ressalta a relevância e o impacto potencial dos estudos apresentados neste número.

Relevância, delimitação e objetivos específicos do presente editorial

Apesar de criticado, pela facilidade como se pode gerar *papers* de qualidade duvidosa, muitas vezes lastreados em limitadas fontes de evidências, sabe-se que quando bem aplicado, com o rigor que merece, não há dúvida da sua virtude em decifrar fenômenos complexos imersos em ambientes igualmente complexos (Käss *et al.*, 2024).

Em termos de objetivos específicos, procurou-se: i) apresentar as crenças limitantes em torno da serventia do estudo de caso aliado as falhas na sua aplicação; ii) detalhar o processo de *design* ou construção de uma pesquisa que faz uso do método do caso; iii) desvendar os atributos que garantem o rigor e a qualidade de um estudo de caso, ou dito de outra forma, a validade e confiabilidade das conclusões obtidas a partir do seu uso.

Uma simples busca com o termo “*case study*” na base do *Web of Science* (Wos) retornou com 3.302.176 resultados, sendo destes 2.765.314 artigos. Inspirados por este mecanismo de busca, metodologicamente falando, para construção deste editorial, adotou-se como procedimento, o levantamento bibliográfico dos principais artigos publicados sobre este método de pesquisa, para poder assim atender os objetivos do trabalho.



Dado que a palavra “case study” pode facilmente ser utilizada por qualquer *paper* que faça uso do estudo de caso como um procedimento metodológico, utilizou-se para a identificação de trabalhos de referência deste editorial os termos “*case study method**” OR “*case study research*”, procurando assim identificar somente os artigos que discutem metodologicamente as qualidades, restrições e diretrizes de uso do método do caso. Esta segunda busca retornou 6.736 trabalhos, sendo destes 5.124 artigos.

Sabendo ainda que o método do caso é bastante difundido em todas as áreas do conhecimento, e para facilitar o processo de revisão da literatura, foi utilizado como filtro, além de “*article*” como tipo de documento procurado, “*business economics*” como a área de pesquisa. Desta maneira, chegou-se à estatística de 1.368 artigos nesta grande área.

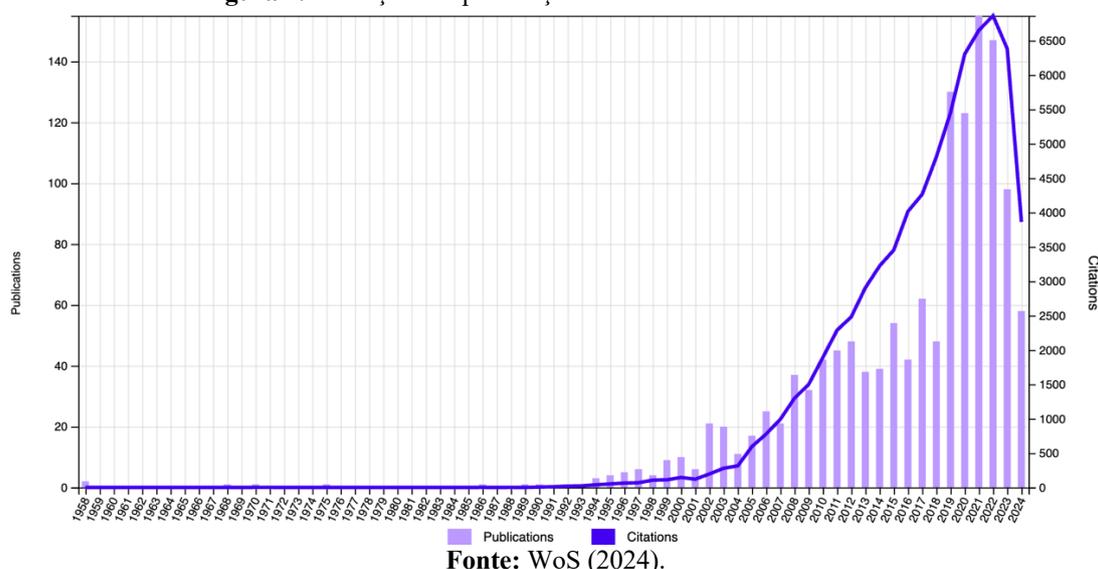
Destes artigos, pode-se verificar, pela Figura 1, que há uma predominância das áreas de administração (*management*) e negócios (*business*) frente a outras áreas relacionadas. E, pela Figura 2, que houve uma escalada de publicações (e citações) no tema desde o começo da década de 90, que culminou com o seu ápice nos anos de 2022 e 2023.

Figura 1. Principais subáreas de pesquisa dentro da área de Business Economics



Fonte: Adaptado de WoS (2024).

Figura 2. Evolução das publicações sobre estudo de caso no WoS



A partir desta massa de dados, que ainda torna o seu processamento um desafio, realizou-se a leitura atenta dos *abstracts* dos artigos mais citados e mais relevantes destacados pela plataforma WoS de maneira a selecionar aqueles que realmente possam contribuir com os objetivos deste editorial. Desta maneira, chegou-se aos artigos realmente citados neste trabalho, aos quais de maneira arbitrária se adicionou a contribuição seminal do Prof. Robert Yin expressa nas diferentes edições do seu livro “*Case Study Research: Design and Methods*”.

Yin (1984), em sua obra, nos ensina para que o serve o método do caso (responder questões de pesquisa do tipo “por que” e “como”), quais as suas vantagens e desvantagens frente a outros métodos de pesquisa (qualitativos e quantitativos), os diferentes tipos (único e múltiplo), e principalmente quais são as diretrizes e procedimentos a serem utilizadas na sua construção. É dele a definição clássica que “um estudo de caso é uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (Yin, 2003, p. 13).

A contribuição de Yin (1984) foi inclusive tema de uma investigação de Massaro et al. (2019) para avaliar “como”, “por que”, e “onde” os pesquisadores citam o trabalho. Os autores revelam que em uma busca no Google Scholar, a obra aparece com mais de 100.000 citações, sendo a sexta referência mais citada no mundo. No entanto, foi constatado pelos autores, que os pesquisadores falham ou não esclarecem se e como eles seguiram as recomendações do livro.

Ainda neste processo de busca, descobriu-se que o artigo mais citado, com 23.867 citações, e alinhado ao trabalho de Yin (1984), é a obra também seminal “*Building theories from case-study research*” publicada em 1989 por Kathleen Eisenhardt. Ambos podem ser tratados como obras de referência para este editorial. Eisenhardt (1989) nos ensina que é possível sim construir teorias a partir do estudo de caso, de maneira similar a pesquisa de teste de hipóteses. Para tanto ela oferece um processo metodológico que evolui da definição das questões de pesquisa, passando pela seleção de casos e elaboração dos instrumentos e protocolos, avançando para coleta e análise dos dados, e finalizando com a modelagem das hipóteses resultantes e o comparativo com a literatura pré-existente.

Da mesma forma, a importância do artigo de Eisenhardt (1989) é tamanho que Ravenswood (2011) se dedicou a fazer uma análise das citações e, conseqüentemente, do impacto do trabalho seminal. A análise revela que o número anual de citações aumenta a cada ano, e os autores que o citam, aparecem em uma gama mais ampla de publicações e disciplinas da área de administração.



No entanto, de maneira a diminuir a dependência destes clássicos e demonstrar a atualidade do método, este editorial centra o atendimento dos objetivos a que se propõe por meio da discussão dos artigos mais recentes publicados conforme expresso nas citações das próximas seções.

Crenças limitantes e falhas na aplicação do método do caso

Vale começar esse ponto sobre como fazer um estudo de caso, discutindo o que não é uma pesquisa de estudo de caso e qual não é o jeito correto de se aplicar este método de pesquisa.

Em se tratando do que não é um estudo de caso, Ketokivi e Choi (2014) lembram que o objetivo do método não é produzir teorias para serem testadas por outros. As teorias produzidas na pesquisa do estudo de caso podem até ser sujeitas a testes adicionais, mas como uma extensão da investigação de caso anterior e não como a sua validação. Além disso, Massis e Kotlar (2014) lembram que a pesquisa do caso não pode ser limitada a uma pesquisa do tipo exploratória. Na avaliação dos autores, o estudo de caso pode assumir as três classificações de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa.

Ketokivi e Choi (2014) também criticam a classificação automática do estudo de caso como um método de pesquisa qualitativa. Segundo eles, a pesquisa qualitativa é uma abordagem de pesquisa que examina conceitos em termos de seu significado e os interpreta diante de contextos específicos de investigação. Já a pesquisa quantitativa é uma abordagem de pesquisa que examina conceitos em termos de quantidade, intensidade ou frequência. À luz destas definições, para os autores, a pesquisa do caso pode ser considerada tanto qualitativa quanto quantitativa.

A despeito do jeito incorreto de aplicar o método do caso, veja que até um simples detalhe, como o tempo verbal utilizado ao teorizar as descobertas do estudo, também pode prejudicar a credibilidade do método. Geralmente, os autores discutem os resultados no passado, mantendo conexão com o contexto do caso, mas concluem no presente, generalizando os achados. Porém, esta prática de “descontextualização” a partir do uso do tempo verbal pode gerar o risco de uma generalização excessiva (Buck & Boussebaa, 2024).

Ademais, Seuring (2008) lembra que as principais falhas relacionadas ao mal uso do método são:

- o fato do pesquisador não revelar as razões pelas quais o estudo de caso foi selecionado;
- a coleta de dados ser baseada em poucas entrevistas e complementada com conteúdo extraído do site institucional da empresa abordada;
- haver pouca clareza em como os dados foram analisados e como as conclusões foram geradas;
- dar prioridade na apresentação dos resultados da pesquisa em detrimento dos detalhes do processo de pesquisa.

Ketokivi e Choi (2014) concordam que a falta de transparência pode ser uma das principais causas de equívocos e interpretações erradas em torno da investigação de casos. Por outro lado, Voss et al. (2002) lembram que não é tão fácil quanto parece a aplicação do método do caso. Requer um processo demorado, entrevistadores capacitados, e cuidado nas generalizações obtidas a partir de um número limitado de casos.

De todo modo, se o método for bem aplicado, ele é capaz de gerar alto impacto, ou seja, contribuir com o desenvolvimento das teorias e ter validade junto aos praticantes (profissionais de mercado). Além disso, o método é capaz de transformar a visão dos pesquisadores por conta da sua exposição aos problemas organizacionais reais (Voss et al., 2002).

Processo de construção (*design*) do estudo de caso

Como é sabido, o estudo de caso é reconhecido por sua estratégia de pesquisa flexível, mas ele não pode assumir a imagem de “oportunista”, ou seja, o processo de pesquisa precisa ser bem transparente e documentado (Seuring, 2008).

Para tanto, no Quadro 1, foram revisadas as principais etapas de aplicação deste processo de pesquisa, sugeridas por Stuart et al. (2002), Voss et al. (2002), Eaton (2010) e Massis e Kotlar (2014), os quais por sua vez foram inspirados nos trabalhos de Glaser e Strauss (1967), Yin (1984) e Eisenhardt (1989). Lembrando que, na prática, o processo não é linear, mas iterativo, com idas e vindas entre as etapas, dado a natureza flexível do estudo de caso.

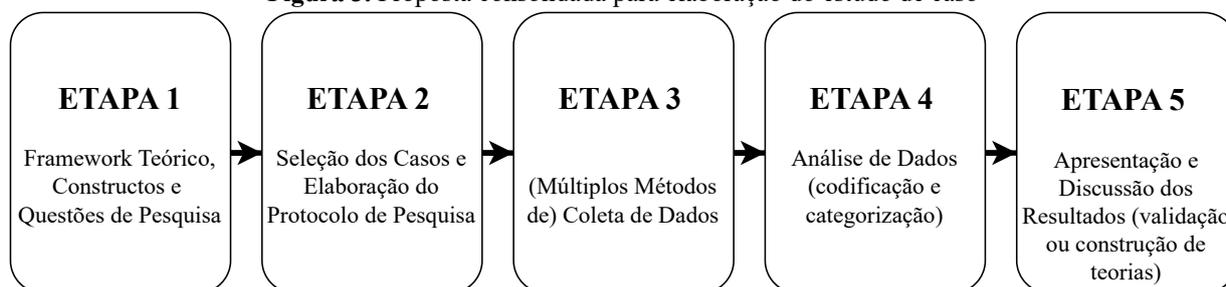
Quadro 1. Etapas do processo de aplicação do método do caso

Stuart et al. (2002)	Voss et al. (2002)	Eaton (2010)	Massis e Kotlar (2014)
1 - Questão de Pesquisa (Objetivo teórico)	- Quando usar o estudo de caso - Desenvolvendo o <i>framework</i> de pesquisa, constructos e questões	- Escolha do fenômeno a ser estudado - Natureza da questão de pesquisa - Identificação das entidades/ objetos que caracterizam os fenômenos (unidades de análise)	- Escolha do desenho do estudo de caso - Definindo a unidade de análise
2 - Desenvolvimento do Instrumento e Seleção de Casos	- Escolhendo os casos - Desenvolvendo os instrumentos e protocolos de pesquisa		- Seleção dos casos (amostragem)
3 - Coleta de Dados	- Conduzindo a pesquisa de campo	- Coleta de dados	- Coletando informações
4 - Análise de Dados	- Documentação e codificação dos dados - Análise dados, desenvolvimento e teste de hipóteses	- Interpretação dos dados	- Analisando informações
5 - Disseminação (e Qualidade do Estudo de Caso)	- Análise dados, desenvolvimento e teste de hipóteses	- Generalização	- Apresentação de resultados

Fonte: Stuart et al. (2002); Voss et al. (2002); Eaton (2010); Massis e Kotlar (2014).

A partir do sugerido por estes autores, oferece-se aqui uma proposta consolidada de processo para elaboração da pesquisa de um estudo de caso (Figura 3).

Figura 3. Proposta consolidada para elaboração do estudo de caso



Fonte: elaboração própria (2024).



As próximas seções deste artigo trazem uma reflexão detalhada de cada etapa ou passo metodológico.

Framework teórico, construtos e questões de pesquisa

Primeiro ponto de partida é verificar se o estudo de caso é o método mais adequado a se utilizar na sua pesquisa. O próprio Yin (2003) relembra que a escolha do método apropriado depende do estado atual do conhecimento e a natureza do problema de pesquisa.

Eisenhardt (1989) recomenda o uso do estudo de caso em situação em que há pouca literatura anterior ou pouca evidência empírica prévia sobre o fenômeno. No entanto, Stuart *et al.* (2002) defendem que o estudo de caso, devido a sua riqueza observacional, também é adequado para refutação ou extensão de conceitos pré-existentes, bem como para indicação de relações causais e preditivas.

Neste sentido, o Quadro 2, adaptado de Handfield e Melynk (1998), ilustra a ligação entre o propósito da investigação, a questão de pesquisa e o método mais recomendado. Originalmente, Handfield e Melynk (1998) recomenda o método do caso apenas para pesquisas que tenham o propósito de exploração e construção de teoria, ou seja, não seriam aplicados para teste ou extensão/ refinamento de teoria. No entanto, à luz dos ensinamentos de Voss *et al.* (2002) e Stuart *et al.* (2002), entende-se que o estudo de caso também serve para os demais propósitos e por isso o método foi agregado às últimas linhas do Quadro 2.

Quadro 2. Vínculo entre propósito, questões e métodos de pesquisa recomendados

Propósito	Questões de pesquisa	Métodos de pesquisa recomendados
<i>Exploração:</i> - Explorar o território e descobrir temas e áreas de pesquisa	- O que está acontecendo? - Quais são os principais tópicos? - Existe algo interessante para justificar a pesquisa?	- Estudos de caso aprofundados - Estudo de campo longitudinal e desfocados
<i>Construção de teoria:</i> - Identificar/ descrever as principais variáveis - Identificar ligações entre variáveis - Construir <i>framework</i> teórico - Identificar “por que” essas relações existem	- Quais são as principais variáveis? - Quais são os padrões ou ligações entre as variáveis? - Por que essas relações existem?	- Estudos de campo aprofundados - Múltiplos estudos de caso - Estudos de caso de referência
<i>Teste de teoria:</i> - Testar as teorias desenvolvidas nas etapas anteriores - Prever resultados futuros	- As teorias geradas são capazes de sobreviver ao teste dos dados empíricos? - Foi obtido o comportamento previsto pela teoria ou foi observado um comportamento imprevisto?	- Experimentos - Quase experimentos - Amostra populacional de grande escala - Múltiplos estudos de caso
<i>Extensão e refinamento de teoria:</i> - Melhor estruturar as teorias à luz dos resultados observados	- Quão generalizável é a teoria? - Onde a teoria se aplica? - Onde a teoria não se aplica?	- Experimentos - Quase experimentos - Amostra populacional de grande escala - Múltiplos estudos de caso

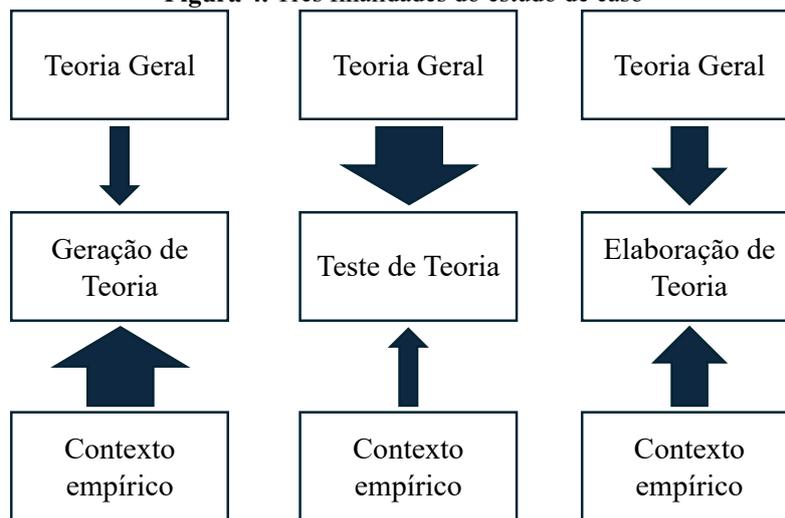
Fonte: Handfield e Melynk (1998) adaptado a partir dos ensinamentos de Stuart *et al.* (2002) e Voss *et al.* (2002).

Em linha com os autores supracitados, Ketokivi e Choi (2014) discutem três finalidades diferentes para pesquisa de caso: geração (similar a construção) de teoria, teste de teoria e



elaboração (similar a extensão e refinamento) de teoria. Por meio da Figura 4, é possível visualizar que todos as três buscam a formulação teórica como resultado da interação entre uma teoria geral, que a literatura existente oferece, e o contexto empírico em questão, sendo que o que os difere é a ênfase relativa dada a um elemento ou outro, refletido na Figura 4 pela espessura da seta.

Figura 4. Três finalidades do estudo de caso



Fonte: Ketokivi e Choi (2014).

Vale a pena discutir cada uma das finalidades. Quando do uso do estudo de caso para geração de teoria, tem-se a premissa que a teoria não existe, então existe a opção de gerá-la por meio de análise empírica. Dito de outra forma, a explicação (teoria) deriva da exploração (análise) do cenário empírico. Vale citar que a abordagem metodológica da *grounded theory* de Glaser e Strauss (1967) segue esta perspectiva. Um exemplo disso é a literatura em torno das práticas do ESG (*Environment, Social and Governance*). Apesar de ser um ponto de divergência entre os autores, geralmente este tipo de estudo de caso gera proposições teóricas que podem ser posteriormente testadas por pesquisas futuras (Eisenhardt, 1989).

Já na pesquisa do caso para teste de teoria, a teoria geral fornece a lógica geral para as proposições a serem testadas, que são aumentadas pelas considerações contextuais. Em outras palavras, as proposições são fundamentadas situacionalmente e testadas utilizando dados do contexto empírico. Como exemplo, pode-se considerar as pesquisas relacionadas as micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil e o teste empírico de como as teorias de gestão existentes se aplicam ou não ao contexto destas organizações.

Por fim, na pesquisa do caso para elaboração de teoria, o contexto empírico não é suficientemente conhecido para gerar premissas detalhadas, que em conjunto com a teoria geral, possam ser traduzidas *ex-ante* em proposições a serem testadas. Neste sentido, os dados empíricos são usados não apenas para testar uma teoria, mas também para desafiá-la. O resultado final é, portanto, uma teoria de contingência. Para exemplificar, as pesquisas do impacto da inteligência artificial no trabalho e nos negócios estão nesta situação.

De maneira similar, uma tipologia alternativa sobre a serventia do estudo de caso está na proposta de Tsang (2013) construída a partir de uma crítica a proposta de Welch et al. (2011). Segundo o autor, a utilidade do estudo de caso oscila entre uma maior ou menor ênfase na



contextualização vs. desenvolvimento de teoria. No entanto, para o autor, mesmo se o propósito for o de geração de teorias, a âncora da contextualização ainda estará presente, mesmo que em menor grau. Da mesma forma, Perren e Ram (2011), ao investigar o uso do método na área de empreendedorismo, contribuem com um mapa de paradigmas, sendo um cruzamento da dimensão objetividade (explicativo) vs. subjetividade (exploratório), de um lado, e da dimensão organizacional (coletivo) vs. individual (empreendedor), de outro.

Uma vez entendido para que serve o estudo de caso, e o tipo de caso em debate, a depender do conhecimento teórico e empírico disponível, volta-se ao passo inicial de aplicação do método que é o da construção do *framework* teórico e definição das questões de pesquisa.

Neste sentido, por mais indutiva que seja a abordagem do estudo de caso, sugere-se durante a fase de revisão da literatura, a elaboração de um *framework* teórico capaz de oferecer uma visão prévia dos construtos e das categorias gerais que serão estudadas e das suas relações (Miles & Huberman, 1994; Voss et al., 2002), e que serão posteriormente transformadas em unidades de análise. Lembrando que unidade de análise pode ser um indivíduo ou grupo de indivíduo; uma prática, processo, programa, projeto ou departamento dentro da empresa; entre outras (Massis & Kotlar, 2014).

O próximo passo vital no desenho da pesquisa de caso é a questão(ões) de pesquisa inicial por trás do estudo proposto. Isto pode preceder ou seguir diretamente do *framework* conceitual (Voss et al., 2002).

A pesquisa de estudo de caso é reconhecida como sendo particularmente boa para examinar questões do tipo “como” e “por que” (Yin, 2003). Porém Alam (2021) sugere a consideração também da questão do tipo “o que” para se trabalhar melhor o problema de pesquisa. Por isso, hoje entende-se que há uma variedade de tipos de perguntas possíveis de serem utilizadas. Neste sentido, o Quadro 3 de Voss et al. (2002), baseado no trabalho de Smith (1987), apresenta diferentes tipos de questões de pesquisa adequadas a depender da relação causal ou não-causal entre as unidades e subunidades de análise.

Quadro 3. Exemplos de tipos de questões de pesquisa

Tipo de questão	Exemplo
Causal	A variável X causa Y?
Não-causal	O que é X?
Não-causal – política	O que significa Y?
Não causal – avaliação	O que torna W bom?
Não causal - gestão	A variável X é mais custo-efetiva do que Z?

Fonte: Smith (1987) *apud* Voss et al. (2002).

Seleção dos casos e elaboração do protocolo de pesquisa

Uma vez construído o *framework* teórico, e definido as unidades de análise e questões de pesquisa, o próximo passo é o de refletir sobre a seleção dos casos e o protocolo de pesquisa. Começamos pela escolha dos casos, que não segue os critérios de amostragem aleatória, estratificada e representativa, tipicamente adotada em pesquisas quantitativas, mas sim os de uma amostragem teórica, na qual eles são cuidadosamente selecionados para iluminar um fenômeno e revelar os relacionamentos e lógica entre as variáveis de análise (Eisenhardt, 1989; Eisenhardt & Graebner, 2007).

Voss et al. (2002), por sua vez, defende que, na seleção de casos, o ideal é utilizar a lógica de replicação em vez de lógica de amostragem. Ou seja, cada caso deve ser selecionado porque



permite a previsão de resultados semelhantes (replicação literal) ou resultados contrastantes, mas por razões previsíveis (replicação teórica).

Claro que esta discussão de amostragem de casos só é válido no caso de se abordar 2 ou mais casos. Por isso, antes que seja tarde, é preciso discutir vantagens e desvantagens dos casos únicos vs. múltiplos.

Casos únicos são escolhidos porque são excepcionalmente reveladores ou exemplares extremos ou porque oferecem oportunidades para acesso incomum à pesquisa (Massis & Kotlar, 2014). Além disso, o estudo de caso único dá a oportunidade de profundidade de observação e por isso tende a ser uma pesquisa longitudinal (Voss et al., 2002). No entanto, este tipo de caso sofre de sérias limitações, especialmente relacionadas à validade externa dos resultados (Massis & Kotlar, 2014), o que impõe limites à generalização das conclusões, modelos ou teoria desenvolvida, muito por conta dos riscos de se avaliar mal um único evento (Voss et al., 2002).

Já os casos múltiplos fornecem uma base mais forte para construção ou explicação de teorias. Ou seja, permitem comparações que esclarecem se uma descoberta emergente é simplesmente idiossincrática para um único caso ou consistentemente replicada por vários casos (Massis & Kotlar, 2014). Nesta seara, Eisenhardt (1989) sugere que são necessários de quatro a dez casos para o desenvolvimento de teorias, dependendo do número de variáveis causais críticas propostas. Stuart et al. (2002), porém, apoiam este quantitativo apenas como uma diretriz básica, pois afirmam ter conseguido realizar pesquisas bem-sucedidas utilizando apenas de um a três casos.

Muito embora vários casos possam reduzir a profundidade do estudo, sobretudo quando os recursos são limitados, de outro modo eles podem aumentar a validade externa e ajudar a proteger os dados contra o “preconceito” ou viés do observador (Voss et al., 2002).

Nesta seara, vale introduzir o conceito de mini estudos de casos, ou múltiplos mini estudos de casos, oferecido por Käss *et al.* (2024), que ocorre quando em um estudo são realizados vários casos, de média a baixa profundidade, cada qual amparado em poucas fontes de evidências, como uma única entrevista por caso. Os autores defendem que mesmo nesta situação, é possível fazer uma pesquisa com rigor, desde que sejam seguidas as boas práticas de triangulação apresentadas e discutidas nas próximas seções.

Uma outra perspectiva é o dos casos retrospectivos e longitudinais. No primeiro tipo, é possível identificar casos que refletem sucesso ou fracasso apenas em retrospectiva. No entanto, os participantes entrevistados podem não se lembrar de acontecimentos importantes e, mesmo que o façam, a sua recordação pode estar sujeita a vieses. Já o segundo tipo dá ao pesquisador a oportunidade de observar em primeira mão a sequência de acontecimentos relacionados ao fenômeno estudado, mas pode enfrentar a dificuldade de recursos e de manutenção do acesso a organização ao longo do tempo (Voss et al., 2002).

Diante disso, Voss et al. (2002) oferecem o Quadro 4 como um resumo das vantagens e desvantagens de cada tipo, o que pode guiar o pesquisador na escolha dos casos.



Quadro 4. Escolha do Número e Tipos de Casos

Tipo	Vantagens	Desvantagens
Caso único	Maior profundidade	Limitação da generalização das conclusões obtidas Vieses como julgar mal a representatividade de um único evento e valorizar a facilidade de acesso aos dados
Múltiplos casos	Aumenta a validade externa, ajuda a proteger contra viés do observador	Mais recursos necessários, menor profundidade por caso
Caso retrospectivo	Permite a coleta de dados sobre eventos históricos	Pode ser difícil determinar causa e efeito, os participantes podem não se lembrar de eventos importantes
Caso longitudinal	Supera o problema dos casos retrospectivos	Ter tempo disponível para realizar o caso e ter acesso a organização por todo o tempo percorrido

Fonte: Voss et al. (2002).

Como sugestão final, Massis e Kotlar (2014) recomendam que o pesquisador ofereça uma justificativa clara para a seleção dos casos e dê detalhes sobre o contexto de cada caso para permitir que o leitor aprecie as escolhas de amostragem.

Uma vez escolhido os casos, o pesquisador deve cuidar do protocolo de pesquisa. Na verdade, na literatura existe uma discussão do que vem primeiro, a seleção dos casos ou o protocolo de pesquisa. O ponto é que ambos os procedimentos deverão ser realizados de maneira iterativa, pois o protocolo tem que se adequar aos casos escolhidos, e ao mesmo tempo, o protocolo tem que direcionar o processo de seleção. Neste editorial, preferiu-se por opção colocar o desenvolvimento do protocolo depois do processo de escolha dos casos.

E o que contém um protocolo de pesquisa? Desenvolver um protocolo de estudo de caso é muito mais do que organizar as questões que os investigadores irão fazer no campo (Stuart et al., 2002). Um protocolo contém o(s) instrumento(s) de pesquisa, mas também os procedimentos e as regras gerais que devem ser seguidos na utilização do(s) instrumento(s), e indicará quem ou onde devem ser procurados diferentes conjuntos de informações (Voss et al., 2002). Uma excelente fonte sobre desenvolvimento de protocolos é o livro do Yin (2003).

(Múltiplos métodos de) coleta de dados

É sabido que o estudo de caso pode (e deve) lançar mão de múltiplos métodos de coleta ou fontes de dados para aumentar a credibilidade da pesquisa. Nas palavras de Massis e Kotlar (2014, p. 19), “cada fonte de dados é uma peça do “quebra-cabeça”, com cada peça contribuindo para a compreensão do pesquisador sobre todo o fenômeno”.

As fontes podem ser entrevistas estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas, observações diretas ou participantes, documentos e registros históricos, bem como a aplicação de questionários estruturados (*surveys*). Já os dados podem ser objetivos/ factuais e/ou subjetivos/ perceptivos, bem como qualitativos e quantitativos (Stuart et al., 2002; Voss et al., 2002; Massis & Kotlar, 2014).

Dando um passo atrás no processo, para que a coleta de dados de fato ocorra, é preciso inicialmente ter acesso a(s) organização(ões) foco do estudo. E obter acesso geralmente é um processo sequencial, ou seja, antes de se chegar até as pessoas chaves, que são aquelas mais bem informadas sobre os dados que estão sendo pesquisados, o pesquisador pode passar por uma



diversidade de contatos, o que é natural. Uma boa estratégia de acesso é, primeiro, ter a clareza dos benefícios a serem oferecidos para atrair os potenciais participantes e, segundo, começar o contato por associações empresariais, que têm entre seus associados, uma diversidade de organizações em um determinado segmento econômico (Voss et al., 2002).

Voltando às fontes de dados, a entrevista é a principal fonte utilizada no estudo de caso (Eisenhardt & Graebner, 2007). E para evitar a possibilidade de viés nas respostas, o entrevistador deve estar bem-preparado para: (i) ter em mente as respostas dos entrevistados anteriores; (ii) saber sondar o informante atual; (iii) e estar consciente do significado do que foi dito, e mesmo do que não foi dito (Voss et al., 2002). O próprio Yin (2003) lista um conjunto de competências esperadas do pesquisador de campo:

- Ser capaz de fazer boas perguntas e interpretar as respostas;
- Ser um bom ouvinte e não cair na armadilha de preconceitos;
- Ser adaptável e flexível, para ver as situações recém-encontradas como oportunidades e não como ameaças;
- Ter uma compreensão adequada dos temas em estudo;
- Ser imparcial em relação a conceitos pré-concebidos e, portanto, receptivo e sensível a evidências contraditórias.

Neste sentido, outra estratégia adotada para evitar que o pesquisador enviasse os dados, é utilizar múltiplos investigadores, o que na visão de Eisenhardt (1989) traz vantagens em função do aumento do potencial criativo das equipes e da expectativa de que a convergência das observações pode aumentar a confiança nas conclusões. No entanto, para padronização na abordagem, o ideal é que em um primeiro momento, os pesquisadores façam entrevistas iniciais em pares, sendo que um pode assumir o papel de líder da entrevista, enquanto o outro fica responsável pelas notas de campo. Depois cada um pode assumir um local ou caso (Voss et al., 2002).

Na realização de entrevistas, outra questão chave é com relação ao número de respondentes a serem consultados. É uma questão de difícil resposta e depende muito da qualidade e diversidade dos respondentes. Sabe-se que há fenômenos para os quais ninguém tem todo o conhecimento necessário, ou diferentes interpretações ou pontos de vista sobre eles. Ou mesmo, em casos retrospectivos, os entrevistados podem sofrer de falha ou distorção de memória ou lembrança imprecisa de eventos passados. Nestas situações, o ideal é considerar múltiplos entrevistados, com pontos de vista diferentes, para evitar subjetividade e preconceito, mas com o cuidado especial de não dedicar demasiado tempo e recursos neste procedimento (Voss et al., 2002; Massis & Kotlar, 2014).

Outra dúvida recorrente em relação às entrevistas, é se o pesquisador deve ou não gravar os diálogos com os entrevistados. Em primeiro lugar, isso depende é claro da aceitação ou não dos entrevistados. Mas também depende do dado que se quer obter. Se as entrevistas foram focadas em dados objetivos, a gravação é desnecessária. Agora se a entrevista depende da exatidão do que as pessoas disseram, então ela é super recomendada. Lembrando que a transcrição da gravação consome tempo (apesar dos *softwares* ajudarem neste trabalho) e vai ser feita algum tempo depois de realizada a entrevista, e a gravação em si, de um lado, diminui a atenção na escuta do pesquisador, e de outro, pode inibir os entrevistados (Voss et al., 2002).

Um procedimento complementar às entrevistas é o da observação direta, participante ou não, como por exemplo as visitas às operações e a participação em reuniões, comitês, conselhos



internos, e treinamentos corporativos. Obviamente, por ser uma observação *in loco* e uma vivência da vida organizacional de uma empresa ou amostra de empresas, trata-se de um procedimento caro e que consome tempo, por isso tem que ser bem avaliado em termos de custo-benefício. E, nesta seara, a observação participante tem a sua vantagem em relação a não-participante, pela profundidade no entendimento da situação, já que pesquisador assume um papel e se envolve no grupo ou processo que está sendo estudado. Já a desvantagem é que esta proximidade pode prejudicar o relato imparcial das evidências coletadas (Massis & Kotlar, 2014)

Associado as entrevistas e observações diretas estão as anotações realizadas durante a pesquisa de campo. As notas de campo são comentários contínuos sobre o que está acontecendo na pesquisa, envolvendo observação e análise, de preferência separadas uma da outra (Eisenhardt, 1989). O ideal é que este registro seja feito no exato momento em que as observações e impressões ocorrem, de maneira a não se perder os detalhes importantes (Voss et al., 2002).

Além disso, documentos relacionados à(s) organização(ões) em estudo também são de grande valia para elaboração dos casos. Estes documentos podem ser registros internos que a própria organização faz sobre si mesma, como relatórios corporativos e materiais de comunicação, ou registros de terceiros, como notícias e entrevistas publicadas em jornais e revistas. Esta documentação pode também assumir a forma de registros históricos, que são importantes para os casos retrospectivos (Massis & Kotlar, 2014).

É importante dizer que na investigação de casos, existe uma sobreposição entre coleta e análise dados (Voss et al., 2002). E o uso de múltiplas fontes de dados existe para que os dados sejam triangulados e possam permitir diferentes ângulos de visão para o mesmo fenômeno. Para que isso seja possível, é preciso que o pesquisador se organize, criando de um lado um banco de dados, e de outro, uma cadeia de evidências, para ser capaz de vincular as evidências empíricas às fontes de dados (Massis & Kotlar, 2014).

Por fim, é necessário compreender que há pré-requisitos para o uso de múltiplas fontes, como a disponibilidade de recursos e o conhecimento suficiente sobre as diferentes técnicas utilizadas (Massis & Kotlar, 2014). E, uma dúvida comum, é quando “parar” a coleta de dados. Existe sempre uma tentação de fazer “apenas mais um caso” ou “apenas mais uma entrevista”. Sabe-se que há retornos decrescentes de casos ou entrevistas incrementais, então o pesquisador deve buscar a saturação teórica, nas palavras da *grounded theory* de Glaser e Strauss (1967) e Strauss (1987), ou seja, parar quando tiver casos e dados suficientes para responder satisfatoriamente às questões de pesquisa (Voss et al., 2002).

Para ajudar neste processo, Alam (2021) ilustra como se pode perceber a saturação de dados na prática. Primeiro, quando há redundância das informações provenientes de diferentes respondentes. Segundo, quando do uso da prática *snowball* ou “bola de neve” de amostragem, os respondentes indicarem “novos” respondentes que na prática já foram consultados. Terceiro, quando do uso do *software* NVivo para análise dos dados, ficar evidente uma queda no número de nós (*sub-temas*) e referências associadas com a adição de novos entrevistados. Fala-se mais sobre o uso dos *softwares* de análise de dados na próxima seção.

Análise de dados (codificação e categorização)

A frase de Stuart et al. (2002, p. 427), “interpretar informações qualitativas é, em grande medida, um desafio de extrair sentido do caos”, representa bem a dificuldade que é fazer a análise de dados em um estudo de caso, ainda mais por utilizar múltiplas fontes de dados. Neste sentido,



um equívoco comum dos pesquisadores é dedicar muito espaço para relatar o processo de coleta, ou se ater apenas a explicar como os dados das entrevistas foram analisados (Massis & Kotlar, 2014). Por isso, explicar em detalhes esta etapa de análise de dados nos *papers* produzidos é crucial para o sucesso da publicação.

De uma maneira integrada, a partir dos estudos de Voss *et al.* (2002) e Massis e Kotlar (2014), pode-se sugerir os seguintes passos para realizar esta análise: documentação, redução, codificação e categorização dos dados.

Antes é claro de se iniciar é preciso organizar a *documentação*, isso inclui a junção de documentos e outros materiais recolhidos no campo ou através de outras fontes, e principalmente, a digitação de notas e/ou a transcrição de gravações. A seguir, parte-se para *redução de dados*. A ideia é se “despir” de todos os dados que não estão associados às questões de pesquisa. Portanto, esta etapa envolve seleção, foco, condensação e simplificação do material coletado para facilitar a análise de evidências do caso (Massis & Kotlar, 2014).

Na sequência está a codificação das observações e dos dados recolhidos no campo, e a partir daí tentar reduzir os dados em categorias (Miles & Huberman, 1994; Glaser & Strauss, 1967). A *codificação de dados* envolve a marcação de passagens de texto, partes de imagens, ou seções de um vídeo, que tenham a mesma mensagem ou estejam conectados de alguma forma, destacando em uma mensagem anexa o que os pontos selecionados têm em comum. Já a *categorização de dados* significa distinguir ou agrupar diferentes categorias de informações, permitindo comparações e distinções (Massis & Kotlar, 2014).

Para realizar a codificação/ categorização dos dados, a sugestão aqui é seguir o esquema de codificação sugerido por Strauss e Corbin (1990). Eles propõem três etapas. Primeiro a codificação aberta, ou seja, um processo analítico pelo qual observações individuais, frases, ideias e eventos recebem nomes e depois são reagrupados em subcategorias que, por sua vez, podem ser agrupadas como categorias. A próxima etapa é a codificação axial, cujo objetivo é reagrupar e vincular categorias entre si de maneira racional. Já a etapa final é a codificação seletiva, na qual seleciona-se uma categoria como central e relacionando as demais a ela.

Vale também comentar que os *softwares* de análise de dados qualitativos – como NVivo, HyperRESEARCH e ATLAS.ti – também podem ajudar neste trabalho de codificação e categorização, em especial pela capacidade de lidar com grandes volumes de dados. No entanto, deve-se tomar cuidado para evitar um hiper foco no volume e na amplitude dos dados, ao invés da profundidade e significado, e maximizar demasiadamente o tempo e energia gastos em aprender o uso dos sistemas em detrimento do real trabalho de análise (Massis & Kotlar, 2014).

Apresentação e discussão dos resultados (validação ou construção de teorias)

Finalmente chegou-se a fase de apresentação e discussão de resultados. Deve-se aqui fazer uma importante distinção entre a base de evidências (ou as matérias-primas) e o relatório subsequente (ou a própria evidência sintética) (Stuart *et al.*, 2002; Massis & Kotlar, 2014).

Pode-se até utilizar tabelas extensas como uma maneira de apresentar o rico conjunto de evidências que apoia as descobertas, porém este conteúdo deve ser reunido em um documento suplementar ao artigo final (Massis & Kotlar, 2014). O ideal é incluir no artigo uma demonstração clara da cadeia de evidências (dos dados brutos ao resumo) para uma pequena parcela dos dados e convencer o leitor que o restante dos dados foi tratado de maneira semelhante (Stuart *et al.*, 2002).

Quanto ao relatório do caso, pode-se adotar uma narrativa de descrição dos estudos de caso intercalados com citações de informantes-chave e outras evidências de apoio, e fazer uso de tabelas ou figuras sintéticas para organizar as descobertas. Sem falar que o mais importante é fazer o entrelaçamento da história com a teoria (emergente ou não), mostrando a conexão estreita entre evidência empírica e teoria (Massis & Kotlar, 2014).

Lembrando que o estudo de caso serve para *testar ou desenvolver a teoria*. Portanto, como conclusões de um estudo de caso, é preciso responder as seguintes questões: Os padrões são evidentes? As observações apontam para variáveis exógenas críticas? Existe um modelo conceitual que ajuda a explicar os padrões de comportamento? Os modelos teóricos existentes explicam o padrão de comportamento observado em todos os casos? Caso contrário, qual constructo precisaria ser adicionado ao modelo para fazer isso? (Stuart et al., 2002).

Validade e confiabilidade do estudo de caso

Por fim, antes de concluir, é necessário discutir a qualidade da pesquisa com o uso do método do caso. O rigor e qualidade de um estudo de caso é garantido por quatro critérios principais (Yin, 1984; Eisenhardt, 1989; Gibbert et al., 2008; Seuring, 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010). O Quadro 5 apresenta uma visão geral dos critérios de validade (ou seja, a evidência declarada é válida?) e confiabilidade (ou seja, a evidência declarada está correta?), e seu desdobramento em termos de estratégias de pesquisa (Yin, 1994; Voss et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014). Na sequência, discute-se cada um dos critérios e as respectivas estratégias de pesquisa.

Quadro 5. Estratégias de pesquisa para qualidade de um estudo de caso

	Validade de constructo	Validade interna	Valida externa	Confiabilidade
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> Identificar medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sendo estudados 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar estabelecer uma relação causal, por meio da qual se acredita que certas condições levam a outras condições 	<ul style="list-style-type: none"> Definir o domínio para o qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrar que os procedimentos de um estudo de caso podem ser repetidos levando aos mesmos resultados
Estratégias de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar as condições de acesso aos dados Fazer a triangulação de dados de múltiplas fontes Estabelecer uma clara cadeia de evidências Apresentar como os dados foram analisados Ter o relatório inicial do caso revisado por participantes e outros pesquisadores (pares) 	<ul style="list-style-type: none"> Criar um <i>framework</i> teórico Realizar análise cruzada dos casos Buscar a correspondência de padrões Fazer a triangulação teórica 	<ul style="list-style-type: none"> Explicar a lógica de replicação para casos múltiplos Usar a teoria (inclusive teorias rivais) para contrapor os resultados do caso único Detalhar o contexto do estudo de caso 	<ul style="list-style-type: none"> Usar um protocolo de pesquisa Desenvolver um banco de dados do estudo de caso

Fonte: Campbell (1975) *apud* Massis e Kotlar (2014)

A *validade de constructo* refere-se à medida em que um estudo investiga o que afirma investigar, ou seja, à medida em que um procedimento leva a uma observação precisa da realidade (Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014). Dito de outra forma, é a capacidade de estabelecer medidas operacionais corretas para os conceitos em estudo (Stuart et Conejero, Mangini e de Oliveira



al., 2002; Voss et al., 2002), e assim evitar julgamentos “subjetivos” (Yin, 1994).

Para tanto, pelo menos três estratégias de pesquisa devem ser consideradas para melhorar a validade de constructo (Yin, 1994; Stuart et al., 2002; Voss et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014): (i) utilização de múltiplas fontes de evidência, ou seja, da técnica de triangulação; (ii) estabelecimento de uma clara cadeia de evidências, permitindo ao leitor reconstruir como o investigador passou das questões iniciais da investigação às conclusões finais; (iii) compartilhamento de transcrições e rascunhos do relatório do caso, de um lado, com os informantes-chaves (ou seja, membros do grupo ou organização pesquisada), para consistência e precisão, e de outro, com outros pesquisadores, para serem revisados por pares (ou seja, acadêmicos que não sejam os autores do estudo de caso).

A *validade interna* refere-se à capacidade de estabelecer relações causais entre variáveis e resultados (Stuart et al., 2002; Voss et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014). Aqui, a questão é se o pesquisador consegue construir um argumento causal plausível que seja suficientemente convincente para defender as conclusões da pesquisa (Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014).

Quatro estratégias de pesquisa podem ser consideradas para aumentar a validade interna (Yin, 1994; Stuart et al., 2002; Voss et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014): (i) formular a partir da literatura um *framework* de pesquisa claro, que demonstre que a variável X leva ao resultado Y, e que Y não foi causado falsamente por uma terceira variável Z; (ii) apresentar diferentes modelos teóricos utilizados, quer como *framework* de pesquisa para orientar a coleta e análise dados, quer como meios para interpretar os resultados (triangulação teórica); (iii) também se pode fazer uma análise cruzada dos casos, verificando se os padrões são replicados em casos semelhantes (replicação literal), ou não são verificados para casos diferentes por razões compreensíveis (replicação teórica); (iv) comparar os padrões observados empiricamente com os previstos ou com os padrões estabelecidos em estudos anteriores e em diferentes contextos (correspondência de padrões).

A *validade externa* refere-se ao domínio para o qual as descobertas de um estudo ou as supostas relações causais podem ser generalizadas (Stuart et al., 2002; Voss et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014). Neste sentido, a “validade externa” ou “generalização” baseia-se na crença intuitiva de que as teorias devem ser demonstradas para explicar os fenômenos não apenas no contexto em que são estudados, mas também em outros contextos (Gibbert et al., 2008; Gibbert e Ruigrok, 2010).

Lembrando que diferentemente da pesquisa Survey, que permite a generalização estatística, ou seja, para a população, o estudo de caso permite apenas a generalização analítica, qual seja, para a teoria (Yin, 1994).

Aqui ao menos duas estratégias de pesquisa podem ser consideradas para aumentar a validade externa (Stuart et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014): (i) em estudos de casos múltiplos, os pesquisadores devem apresentar a lógica de replicação utilizada para seleção dos casos ou escolha de amostragem; (ii) em estudos de caso único, os pesquisadores devem usar a teoria (também teorias rivais) para elevar o nível de generalidade da teoria emergente. Em ambos, uma boa descrição do contexto dos casos ajuda no julgamento da generalização.

Por fim, a *confiabilidade* refere-se à medida em que os pesquisadores subsequentes podem chegar aos mesmos resultados se conduzirem o estudo novamente com os mesmos passos (Yin, 1994; Stuart et al., 2002; Voss et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010). Muitas



vezes se resume a uma apresentação suficiente de evidências/ dados de modo que o leitor possa ser capaz de concordar ou discordar da interpretação do pesquisador sobre os dados (Massis & Kotlar, 2014).

Duas estratégias de pesquisa podem ser consideradas para melhorar a confiabilidade (Stuart et al., 2002; Gibbert et al., 2008; Gibbert & Ruigrok, 2010; Massis & Kotlar, 2014): (i) utilizar um protocolo de estudo de caso, ou seja, um relatório que esclarece de forma transparente os procedimentos de pesquisa e específica como todo o estudo de caso foi conduzido; (ii) manter armazenado um banco de dados do estudo de caso, de forma que as transcrições, notas, documentos e conclusões preliminares possam ser facilmente recuperadas.

Veja que independente do tipo de validade buscada ou mesmo para confiabilidade, a triangulação é sempre recomendada como uma boa prática de pesquisa. Conceitualmente falando, triangulação é uma metáfora para processos de pesquisa que empregam diferentes métodos, teorias ou fontes de dados e que possibilitam a corroboração das descobertas do fenômeno em estudo. Esse processo tradicionalmente ocorre pela convergência de fontes, interpretações ou mesmo percepções, mas pode também gerar resultados complementares, divergentes ou mesmo contraditórios, o que encoraja ou até mesmo obriga o pesquisador a buscar significados mais profundos para explicar as descobertas, sobretudo as contrastantes (Farquhar et al., 2020).

Considerações finais sobre estudo de caso

Como sabem, este editorial teve como objetivo ajudar o leitor a utilizar o método do caso com rigor, sem incorrer em crenças limitantes ou nas falhas usuais apresentadas por outros autores. Neste sentido, na segunda seção, para atender o primeiro objetivo específico, demonstra-se que por mais que o estudo de caso seja classificado como um método de pesquisa qualitativo, ele pode e é desejável que faça uso tanto de dados qualitativos quanto quantitativos na sua aplicação. Ao mesmo tempo, o método do caso serve tanto para pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas, ou seja, pode ser utilizado para descobertas, teste de teorias, melhorias de teorias existentes ou mesmo proposição de teorias emergentes.

Já dentre as falhas características do mal uso do método, está justamente a falta de transparência na forma como foi conduzida cada uma das etapas da pesquisa, da formulação do problema, passando pela seleção dos casos, construção do protocolo, coleta de dados, análise de dados, e apresentação das descobertas e implicações teóricas.

Por isso, para atender o segundo objetivo específico deste editorial, foi revisado e proposto um processo consolidado de *design* de uma pesquisa de estudo de caso, que culminou no desdobramento da terceira seção em subseções.

Por mais que haja uma discussão do propósito do estudo de caso, que pode estar relacionado a exploração, construção, teste, extensão ou refinamento de uma teoria, para todos os casos, faz-se necessário a revisão da literatura para construção de um *framework* teórico, com constructos previamente estabelecidos, e a formulação de questões de pesquisa, mesmo que estas sejam revistas (e isso é o desejado dado que o processo é iterativo) ao longo da condução da pesquisa.

Neste contexto, jogou-se por terra o senso comum de que o estudo de caso serve apenas para ilustrar a aplicação prática de algo previamente proposto na literatura. Da mesma forma, o pressuposto do Yin (1984) de que o caso é adequado e limitado apenas a responder questões de pesquisa do tipo “como” e “por que” também deixou de ser uma verdade absoluta.



Dando sequência, discutiu-se que sendo o foco o desenvolvimento de teorias, é importante lançar mão de casos múltiplos, e especial atenção deve ser dada ao critério lógico de escolha ou replicação dos casos, de maneira a permitir que os resultados possam ser generalizados.

Para coleta de dados, antes de ir a campo, foi apresentada a importância do protocolo de pesquisa, que contém além das questões a serem aplicadas via entrevistas, todos os procedimentos e regras de conduta importantes em pesquisas envolvendo múltiplos pesquisadores. Ademais, para garantir a validade da pesquisa, defende-se a prática da coleta de múltiplas evidências, ou seja, não depender somente entrevistas, mas também de dados documentais, observações, notas de campo, levantamentos via *survey* etc.

Lembrando que naturalmente neste tipo de pesquisa, por ser mais flexível, há uma sobreposição de coleta e análise de dados, e é esta sobreposição que direciona a coleta de novas evidências até a sua saturação. E, em se tratando de análise dados, ela pode ser feita com o uso ou não de *softwares* de apoio, mas a principal tarefa é trabalhar na redução de dados via codificação, categorização e o entendimento das relações entre as categorias, de modo a explicar ou responder as questões de pesquisa.

Por fim, deve-se voltar ao *framework* teórico, e aos constructos apresentados, para entender o que fica e o que muda sob a perspectiva do campo, e, em se havendo diferença entre teoria e prática, que novas hipóteses podem ser formuladas a partir de uma teoria chamada emergente.

E, se todo este processo além de bem executado, conforme as boas práticas aqui sugeridas, for bem documentado e apresentado, espera-se que o estudo de caso apresente as qualidades esperadas em termos de validade e confiabilidade, ou seja, as descobertas são válidas e generalizáveis, e o estudo replicável. Desta maneira, com esta discussão atende-se o terceiro objetivo específico.

Como limitações da pesquisa, pode-se destacar o quantitativo limitado de artigos revistos, que contou com um processo não-aleatório de escolha, mesmo com o cuidado de selecionar uma base confiável (WoS), e os melhores trabalhos, sejam eles os mais citados ou obras de autores clássicos. Da mesma forma, cada procedimento de coleta e análise de dados apresentado merece por si só um editorial, o que faz com que a discussão realizada seja considerada superficial.

Por outro lado, como sugestões de estudos, recomenda-se, de um lado, fazer um comparativo do estudo de caso com outros métodos aplicados de destaque, como o *design science* e pesquisa ação, para o entendimento de limites e potenciais de aplicação, e de outro, discutir o uso integrado do método do caso com métodos quantitativos, sobretudo em pesquisas relacionadas a teses e dissertações.

Apresentação dos artigos desta edição

Nesta seção, destacamos o conteúdo dos artigos que compõem a última edição de 2024 (Volume 10, número 3), onde, o primeiro trabalho, de Yohanna Marêssa Alves Borges, Talita Souza Carmo e Grace Ghesti, da Universidade de Brasília, apresentam uma análise da aplicabilidade prática das determinações da Constituição Federal e da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004). O estudo explora a relação entre o papel das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) de direito público e as resoluções da Universidade de Brasília (CONSUNI nº 0006/2020 e CAD nº 0005/1998), além de examinar a Lei nº 12.772/2012, que trata da estruturação do Plano



de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, em combinação com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis.

Na sequência, o artigo “Empreendedorismo feminino sob três epistemologias distintas: revisão sistemática qualitativa da literatura” aborda a interseção entre empreendedorismo e gênero. Joiceli dos Santos Fabrício e Fabio Vizeu, da Universidade Positivo, juntamente com Jaiane Aparecida Pereira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, analisam o tema sob três perspectivas epistemológicas distintas: a funcionalista, a fenomenológica e a teoria crítica.

O terceiro artigo, de Úrsula Gomes Rosa Maruyama (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro), Rodolpho da Cruz Rangel (Instituto Federal do Espírito Santo), Rosângela Martins de Oliveira (Instituto Federal do Tocantins) e Aline Guimarães Monteiro Trigo (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro) exploram as relações entre economia criativa, sustentabilidade ambiental, educação maker e o paradigma da Sociedade em Rede, analisando-os a partir da perspectiva de um ecossistema de inovação.

Em seguida, Arnaldo Rizzardo Filho (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Alexandre Borba da Silveira (Universidade Federal do Paraná) e Jefferson Marlon Monticelli (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) examinam como organizações públicas brasileiras podem promover empreendedorismo institucional via plataformas cooperativas de serviço.

No quinto artigo desse editorial, Josiano Cesar de Sousa, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, apresenta os principais desafios gerenciais para o trabalho colaborativo humano-robô no contexto emergente da Indústria 5.0, propondo um framework conceitual para enfrentar essas questões.

Por fim, Ilton Curty Leal Junior, Vitória Couto Gonçalves e Heitor Cunha Quintella, da Universidade Federal Fluminense, investigam os desafios enfrentados por uma empresa de materiais de construção em Volta Redonda, Rio de Janeiro, na implementação do comércio eletrônico, com ênfase na capacidade de transporte.

Os artigos desta edição oferecem um panorama abrangente das discussões sobre inovação, empreendedorismo, sustentabilidade e os desafios contemporâneos, desde uma revisão sobre o empreendedorismo feminino até a análise das implicações da Indústria 5.0 e do comércio eletrônico em setores específicos.

Agradecemos profundamente aos autores por suas valiosas contribuições, que enriqueceram esta edição com suas pesquisas. Esperamos que os leitores aproveitem ao máximo o conteúdo apresentado, encontrando inspiração e conhecimento nos artigos aqui divulgados. Que a leitura seja proveitosa e que *insights* promovam avanços significativos em suas respectivas áreas de atuação.

Volta Redonda, 04 de setembro de 2024.



Referências

- Alam, M. K. (2021). A systematic qualitative case study: questions, data collection, NVivo analysis and saturation. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 16(1), 1–31. <https://doi.org/10.1108/QROM-09-2019-1825>
- Buck, T., & Boussebaa, M. (2024). Improving the credibility of case study research in international business studies and beyond: a simple fix for a serious problem. *Multinational Business Review*. <https://doi.org/10.1108/MBR-04-2024-0061>
- Campbell, D. T. (1975). “Degrees of Freedom” and the Case Study. *Comparative Political Studies*, 8(2), 178-193. <https://doi.org/10.1177/001041407500800204>
- de Massis, A., & Kotlar, J. (2014). The case study method in family business research: Guidelines for qualitative scholarship. *Journal of Family Business Strategy*, 5(1). <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2014.01.007>
- Easton, G. (2010). Critical realism in case study research. *Industrial Marketing Management*, 39(1). <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2008.06.004>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*, 14(4). <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4308385>
- Eisenhardt, K. M., & Graebner, M. E. (2007). Theory building from cases: Opportunities and challenges. *Academy of Management Journal*, 50(1). <https://doi.org/10.5465/AMJ.2007.24160888>
- Farquhar, J., Michels, N., & Robson, J. (2020). Triangulation in industrial qualitative case study research: Widening the scope. *Industrial Marketing Management*, 87. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2020.02.001>
- Gibbert, M., & Ruigrok, W. (2010). The “What” and “How” of Case Study Rigor: Three Strategies Based on Published Work. *Organizational Research Methods*, 13(4). <https://doi.org/10.1177/1094428109351319>
- Gibbert, M., Ruigrok, W., & Wicki, B. (2008). What passes as a rigorous case study? *Strategic Management Journal*, 29(13). <https://doi.org/10.1002/smj.722>
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Handfield, R. B., & Melnyk, S. A. (1998). The scientific theory-building process: A primer using the case of TQM. *Journal of Operations Management*, 16(4). [https://doi.org/10.1016/s0272-6963\(98\)00017-5](https://doi.org/10.1016/s0272-6963(98)00017-5)
- Käss, S., Brosig, C., Westner, M., & Strahringer, S. (2024). Short and sweet: multiple mini case studies as a form of rigorous case study research. *Information Systems and E-Business Management*. <https://doi.org/10.1007/s10257-024-00674-2>
- Ketokivi, M., & Choi, T. (2014). Renaissance of case research as a scientific method. *Journal of Operations Management*, 32(5). <https://doi.org/10.1016/j.jom.2014.03.004>
- Massaro, M., Dumay, J., & Bagnoli, C. (2019). Transparency and the rhetorical use of citations



to Robert Yin in case study research. *Meditari Accountancy Research*, 27(1). <https://doi.org/10.1108/MEDAR-08-2017-0202>

Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. 2nd ed., Sage Publications, Inc.

Perren, L., & Ram, M. (2004). Case study method in small business and entrepreneurial research: Mapping boundaries and perspectives. *International Small Business Journal*, 22(1). <https://doi.org/10.1177/0266242604039482>

Ravenswood, K. (2011). Eisenhardt's impact on theory in case study research. *Journal of Business Research*, 64(7). <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2010.08.014>

Seuring, S. A. (2008). Assessing the rigor of case study research in supply chain management. *Supply Chain Management*, 13(2). <https://doi.org/10.1108/13598540810860967>

Strauss, A., & Corbin, J. M. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Sage Publications, Inc.

Stuart, I., McCutcheon, D., Handfield, R., McLachlin, R., & Samson, D. (2002). Effective case research in operations management: A process perspective. *Journal of Operations Management*, 20(5). [https://doi.org/10.1016/S0272-6963\(02\)00022-0](https://doi.org/10.1016/S0272-6963(02)00022-0)

Tsang, E. W. K. (2013). Case study methodology: Causal explanation, contextualization, and theorizing. *Journal of International Management*, 19(2). <https://doi.org/10.1016/j.intman.2012.08.004>

Voss, C., Tsikriktsis, N., & Frohlich, M. (2002). Case research in operations management. *International Journal of Operations and Production Management*, 22(2), 195–219. <https://doi.org/10.1108/01443570210414329>

Welch, C., Piekkari, R., Plakoyiannaki, E., & Paavilainen-Mäntymäki, E. (2011). Theorising from case studies: Towards a pluralist future for international business research. *Journal of International Business Studies*, 42(5). <https://doi.org/10.1057/jibs.2010.55>

Yin, R.K. (1984). *Case Study Research: Design and Methods*. Sage, 1st ed., Newbury Park, CA.

Yin, R.K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Sage, 2nd ed., Thousand Oaks, CA.

Yin, R.K. (2003). *Case Study Research. Design and Methods*. Sage Publications, 3rd ed., Thousand Oaks, CA.